



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

ORGÃO GERENCIADOR:	SOSP
-----------------------	------

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:			
SOSP	SMTRANS	SME	SMDC
SEMFAZ	SECUT	SMMA	FMAS

	OBRA	x	SERVIÇO		MATERIAL DE CONSUMO		EQUIPAMENTO		OUTROS
--	------	---	---------	--	---------------------	--	-------------	--	--------

01 – DO OBJETO

01.1 – O objeto desse **TERMO DE REFERÊNCIA (PROJETO BÁSICO)** é estabelecer os parâmetros para **contratação futura e eventual de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua no fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários para a execução do mesmo, em atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.**

02 – DA JUSTIFICATIVA/DA FINALIDADE

02.1 - Justifica-se a necessidade da contratação através deste processo de licitação e em razão deste município não dispor de equipamentos e mão de obra para executar o serviço deste processo a ser licitado, sendo certo tratar-se de serviços contínuos e indispensáveis para atendimento do interesse público, tais como limpeza de logradouros públicos, varrição, capina manual, roçada, retirada de entulho e galhadas, manutenção, conservação de jardinagem, limpeza de valas e canais, caixas ralo, poços de visita entre outros serviços conforme discriminados na planilha em anexo.

A manutenção das estradas vicinais não pavimentadas que hoje é cerca de 1.050 km distribuídos em todo território do município de Trajano de Moraes. Essa manutenção e conservação são de grande importância para atender o grande fluxo de escoação de produtos agrícolas com tráfego pesados, transportes escolares e transporte públicos. Trajano dispõe de inúmeras potencialidades, como trilhas para caminhadas ecológicas e locais ideais para prática de mountain bike, cavalgada e parapente, sendo este o segundo melhor ponto para salto do Estado do Rio de Janeiro. Possui, ainda, lindas cachoeiras e a exuberante paisagem da Represa da Tapera, onde para chegar nesses pontos turísticos tem que passar pelas estradas vicinais, onde dar acesso aos distritos e as belezas naturais do município. Esses serviços serão feitos através de máquinas e equipamentos, proporcionando agilidade e eficácia na sua conservação, englobando recuperação, nivelamento, tapa buracos, aplicação de material drenante, camadas de bloqueio, substituição dos



materiais danificados, quer por desgaste natural, quer por ações de intempéries e recuperação dos seus taludes em função de desmoronamentos / carregamentos de terra, enfim, quaisquer serviços que sejam necessários a manter as estradas vicinais não pavimentadas do município em boas condições de tráfego e segurança.

Os incisos I e V do art. 30 da Constituição Federal estabelecem como atribuição municipal legislar sobre assuntos de interesse local, especialmente quanto à organização dos seus serviços públicos. Fica, portanto, definida a competência do Município quanto ao gerenciamento dos serviços de manutenção e conservação de diversas estradas vicinais do município, fato que tradicionalmente vem ocorrendo no Brasil.

Segundo o (IBGE/2010), o município de Trajano de Moraes tem uma população de 10.289 habitantes corresponde a 1,27% do total da população da região serrana do estado do rio de janeiro. Segundo pesquisas a população do município de Trajano de Moraes se concentra com a maior parte em área rural onde é muito desenvolvida a atividades agrícolas e com grande importância para economia da cidade.

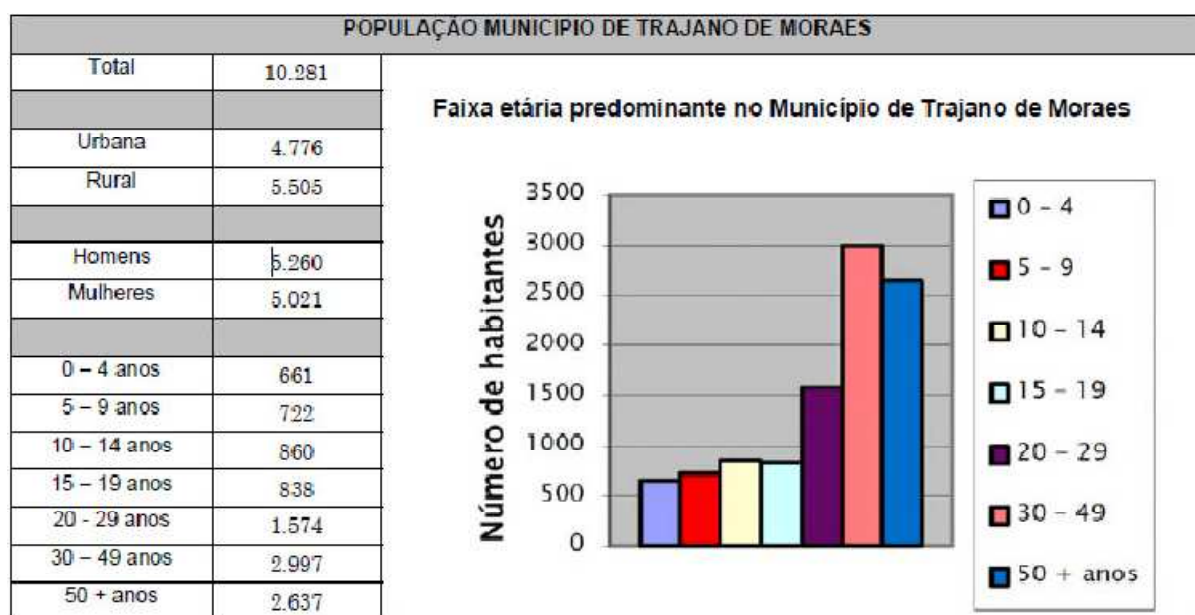


FIGURA 1 – POPULAÇÃO DE TRAJANO DE MORAES.

Observa-se que a população é predominantemente rural no município de Trajano de Moraes a população divide-se desta forma, 46,5% de seus habitantes em área urbana, enquanto 53,5% residem na área rural, do total de 10.281 habitantes. a estrutura demográfica também apresentou mudanças no Município.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

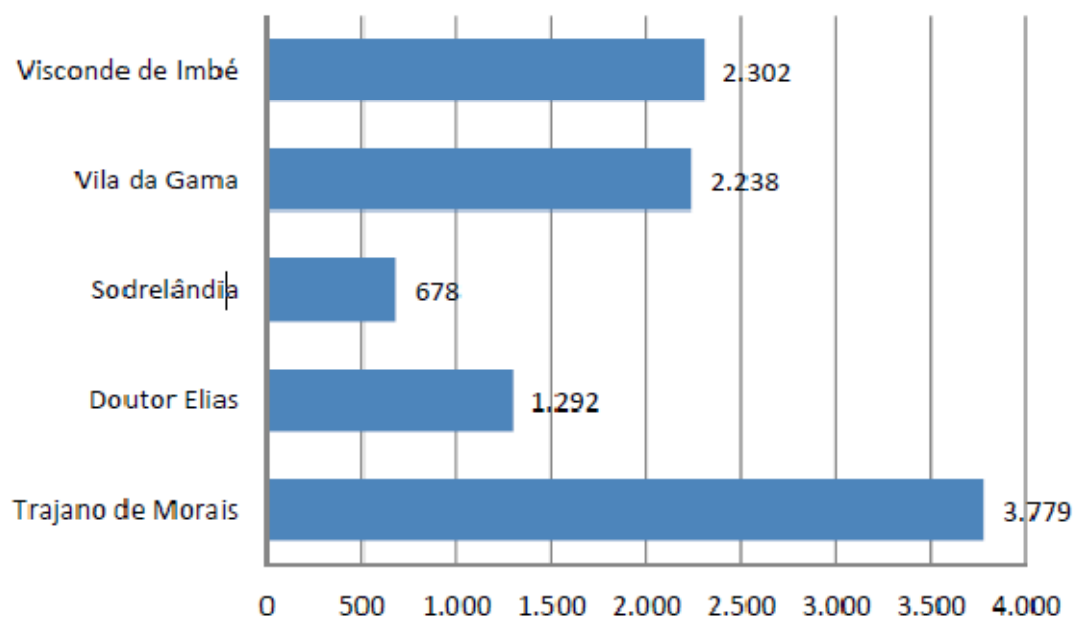


FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO LOCAL DA POPULAÇÃO POR DISTRITO – 2010
FONTE: TCE, RJ – 2010

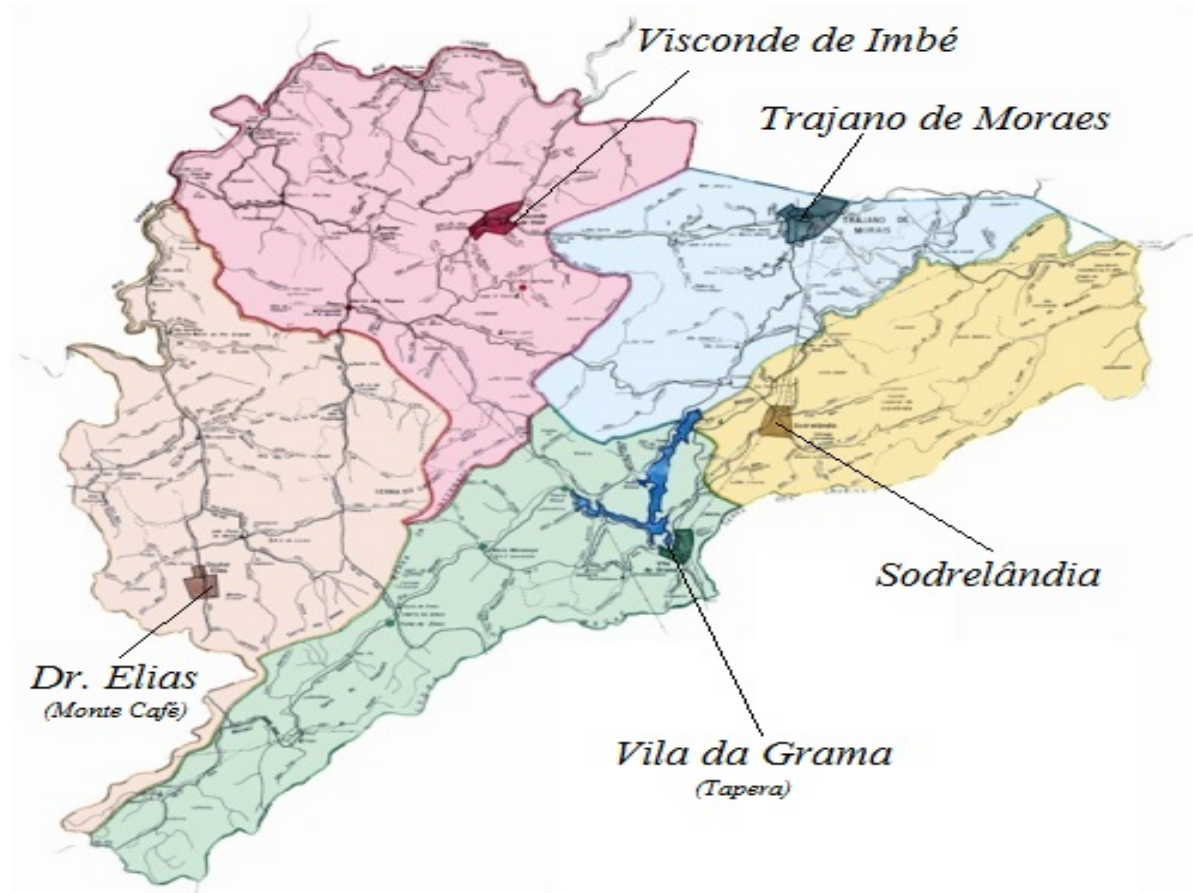


FIGURA 3 – LOCALIZAÇÃO DOS DISTRITOS DE TRAJANO DE MORAES.

O sistema viário estadual que atende o município é composto pelas rodovias RJ-174 e RJ-146, chegando a Bom Jardim, a sudoeste, e a Santa Maria Madalena e São Sebastião do Alto, ao norte. Em leito natural, a RJ-162 segue rumo sul para a serra em Macaé.



FIGURA 4 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES E PRINCIPAIS RODOVIAS DE ACESSO.
FONTE DER – RJ (2006).

Alem de sistema Viário de Rodovias Estaduais o Município possui estradas vicinais para o acesso aos distritos e áreas de lazer e cultural (cachoeiras, rios e represas) e fazendas históricas. Tendo algumas estradas municipais que cortam o Município levando aos pontos indicados acima, e se tornando de grande importância para uso da população conforme estradas relacionadas a baixos:

Trajano de Moraes

Estrada Leitão da Cunha
Estrada Bico da Coruja/Cambota
Estrada Bom Jesus
Estrada Córrego do Ouro
Estrada santo Inácio/Córrego Frio
Estrada Fazenda das Neves/Piedade/ Córrego Frio
Estrada caixa D'água
Estrada Cafofo/ Estação Leitão da Cunha
Estradas Secundarias

Visconde de Imbé

Estrada São Francisco



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



Estrada Bonança
Estrada Sítio da Cachoeira
Estrada Campo Manoel de Moraes/Lagoinha(ver nome)
Estrada Fazenda Bahia/Mãe Reainha
Estrada Ponte do Cassiano
Estrada Sumidouro
Estrada São Caetano/Santa Luzia/Barra do Lório
Estrada São Caetano/Morro da Formiga/Ponte Nova
Barra dos Passos
Estrada Barra dos Passos/ Penedo/ Lagoinha
Estrada do Retiro
Estrada Talbinha
Estrada Fazenda São Geraldo
Estradas Secundarias

Monte Café

Estrada fazenda Santa Maria do Rio Grande
Estrada São Lourenço
Estrada Boa Paragem
Estrada do Panta
Estrada Boa Sorte
Estrada Santo Cristo/Serra das Almas de Baixa
Estradas Secundarias

Serra das Almas

Estrada Fazenda do Coqueiro
Estrada Fortaleza
Estrada Serra das Almas de Baixo
Estradas Secundarias

Ponte de Zinco

Estrada do Tirol
Estrada Babilônia
Estrada Alto Macabú
Estradas Secundarias

Maria Mendonça

Estrada Maria Mendonça
Estrada Gravata Maria Mendonça
Estrada Arranchadouro
Estradas Secundarias

Sodrelândia

Estrada Córrego Vermelho/Santa Dulce/Amorosa
Estrada Campista
Estrada Solidade/Barreiro
Estrada Soledade/Corrego Frio/ Forges
Estrada Mata Cachorro



Estrada Quero Ver
Estradas Secundarias

Vila da Grama (Tapera)

Estrada do Deserto
Estrada do Gravatá
Estrada Principal
Estradas Secundarias

Ponte Nova

Estrada Principal
Estradas Secundarias

02.2 – Justifica-se o uso do Sistema de Registro de Preços regulamentado no âmbito municipal no Decreto n.º 65/2017 nas seguintes hipóteses:

02.3 - Art. 2º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

- I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações freqüentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

02.4 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

02.5 - A contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços objeto do presente Termo de Referência (TR) encontra referência legal na **IN/SLTI/MP nº 05, de 26 de maio de 2017**;

02.6 - A legislação adicional aplicável à contratação do objeto do presente TR encontra amparo legal na **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993**; e demais disposições a serem estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos;

02.7 - Os serviços a serem executados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos do **Parágrafo Único do Art. 1º, da Lei nº 10.520/2002**.

02.8 - Os **serviços descritos neste TR são de natureza continuada**, pois enquadram-se como serviços auxiliares, necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção possa comprometer a continuidade de suas atividades e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro (**IN/Mare nº 18, de 22/12/1997**).



02.9 - Ademais, o **Acórdão nº 132/2008, 2ª Câmara** considera que o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integralidade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

02.10 - A economicidade é um ponto basilar, estruturante e fundamental das contratações, e dever da Administração, sendo que a sua violação, além de se traduzir em prejuízo para o Poder Público, também afronta ao Princípio da Legalidade, bem como ao da eficiência dos atos da Administração, impedindo-a da busca do seu fim maior, que tem como base, dentre outros princípios, o atendimento do interesse público, ou seja, o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

02.11 - No entanto, não se pode deixar de considerar a relação entre os demais princípios regedores das contratações públicas, pois os mesmos não funcionam isoladamente, incólumes; pelo contrário: são parcelas de uma engrenagem que rege a Administração Pública, sendo estreita a relação entre economicidade, legalidade e eficiência, pois não basta, apenas, a persecução da melhor proposta, mas esta tem que ser atingida, também, de maneira eficiente na gestão dos recursos, tendo em vista o binômio custo-benefício.

02.12 - Nessa toada, verifica-se que, efetiva, legal e formalmente a demanda a necessidade de razões técnicas e econômicas devidamente justificadas, que, de fato, se aplicam ao caso concreto.

03– DAS ESPECIFICAÇÕES / DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

ESCOPO DOS SERVIÇOS:

- Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as especificações e demais elementos técnicos relacionados neste memorial. Entendem-se como serviços objeto do presente edital:
- Manutenção das estradas vicinais não pavimentadas que hoje é cerca de 1.050 km distribuídos em todo território do município de Trajano de Moraes, essa manutenção e conservação é de grande importância para atender o grande fluxo de escoação de produtos agrícola com tráfego pesados, transportes escolares e transporte públicos. Esses serviços serão feitos através de máquinas e equipamentos, proporcionando agilidade e eficácia na sua conservação, englobando recuperação, nivelamento, tapa buracos, aplicação de material drenante, camadas de bloqueio, substituição dos materiais danificados, quer por desgaste natural, quer por ações de intempéries e recuperação dos seus taludes em função de desmoronamentos / carregamentos de terra, enfim, quaisquer serviços que sejam necessários a manter as estradas vicinais não pavimentadas do município em boas condições de tráfego e segurança.
- A jornada de trabalho terá a duração de no máximo 9 horas diárias de segunda a sábado de 07:00 as 17:00 horas por dia, com intervalo de 1 hora de almoço entre as jornadas, com o limite de 44 horas semanais.



EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- As ordens de serviço inicial e as demais serão expedidas pela SOSP - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, órgão que fiscalizará e coordenará os trabalhos da empresa a ser contratada;
- A contratada se obriga a atender ao pedido da SOSP, quando constatada pela fiscalização, a execução/correção dos serviços mediante ordens de serviço por ela expedidas, especificando o (s) local (is) do (s) serviço (s);
- A empresa contratada deverá manter um livro próprio, relacionando os serviços executados diariamente, bem como toda e qualquer ocorrência relacionada com os serviços realizados, podendo o mesmo ser solicitado a qualquer tempo pela fiscalização da SOSP, no qual deverão ser anotadas as exigências da fiscalização e as justificativas da empresa a ser contratada;
- A execução dos serviços será efetuada c/ estrita observância das normas técnicas de segurança de trabalho, legislação de trânsito vigentes, bem como da associação brasileira de normas técnicas;
- Manter todos os equipamentos e utensílios necessários a execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo substituir aqueles danificados ou que apresentarem rendimento insatisfatório em até 24 (vinte e quatro) horas.
- Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos e equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- Executar os serviços em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento da Administração. Nos Domingos e feriados, os serviços somente poderão ser realizados se for verificada a necessidade de manutenção. Os turnos poderão ser matutinos ou vespertinos, conforme as necessidades de cada localidade.

INSTALAÇÕES:

- Ficará a cargo da contratada todas as despesas de instalações, tais como: garagem, pátio de estacionamento, escritório para controle e planejamento das atividades e instalações para atendimento de pessoal operacional (vestiário com chuveiro, sanitários, armários) compatível com o número de funcionários.
- Não será permitida a permanência de veículos na condição de estacionamento e pernoite em vias públicas, quando fora do serviço.

FERRAMENTAS:

- Os serviços a serem executados serão supridos de ferramentas e equipamentos necessários, tendo uma manutenção e lubrificação permanente, a fim de garantir o bom funcionamento e segurança dos mesmos, conforme descrito:



PESSOAL

- A empresa a ser contratada obriga-se a colocar à disposição do município, durante o prazo de vigência do contrato, mão de obra de acordo com o disposto na planilha de contratação e necessária à perfeita execução dos serviços, com estrita observância das categorias profissionais de acordo com os serviços contratados;
- Correrá por conta exclusiva da empresa contratada, todos os custos e despesas com alimentos, transporte e alojamento de seus empregados e prepostos, bem como os encargos necessários decorrentes de sua contratação, tais como: salários e encargos sociais inerentes às legislações, fiscal, social, securitária, trabalhista e previdenciária.
- Todos os empregados da empresa a ser contratada, quando da execução dos serviços, deverão apresentar-se de uniforme (a serviço da P.M.T.M./SOSP), bem como estar equipados com os equipamentos de proteção individual (EPI'S), necessários de acordo com o serviço a ser realizado.
- Os funcionários deverão possuir capacidade física e qualificação que os capacitem a executar os serviços inerentes ao objeto da presente licitação.
- Correrá por conta exclusiva da empresa contratada, todos os custos e despesas com alimentos, transporte e alojamento de seus empregados e prepostos, bem como os encargos necessários decorrentes de sua contratação, tais como: salários e encargos sociais inerentes às legislações, fiscal, social, securitária, trabalhista e previdenciária.
- Todos os empregados da empresa a ser contratada, quando da execução dos serviços, deverão apresentar-se de uniforme (a serviço da P.M.T.M./SOSP), bem como estar equipados com os equipamentos de proteção individual (epi's), necessários de acordo com o serviço a ser realizado.
- Os funcionários deverão possuir capacidade física e qualificação que os capacitem a executar os serviços inerentes ao objeto da presente licitação.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- A EMPRESA A SER CONTRATADA SE OBRIGA DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO A EFETUAR, SEM ÔNUS PARA O MUNICÍPIO, A SUBSTITUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, NOS CASOS EM QUE OS EQUIPAMENTOS EM USO SE TORNEM INOPERANTES, **EXCETO OS DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA.**
- TODOS OS CUSTOS E DESPESAS COM A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CORRERÃO POR CONTA EXCLUSIVA DA EMPRESA A SER CONTRATADA, BEM COMO O TEMPO DE ESPERA DO CAMINHÃO, RETROESCAVADEIRA; COM DESLOCAMENTO, COM O COMBUSTÍVEL, TROCA DE ÓLEO, MANUTENÇÃO GERAL, SERVIÇOS DE MECÂNICA E DE ELETRICIDADE QUE PORVENTURA FOREM REALIZADOS NOS EQUIPAMENTOS, LUBRIFICAÇÃO, TROCA DE PEÇAS, SE NECESSÁRIO, CORRERÃO POR CONTA EXCLUSIVA DA EMPRESA A SER CONTRATADA, **EXCETO OS EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA.**



- CABERÁ A CONTRATANTE FORNECER OS MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS NOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS NÃO PAVIMENTADAS;
- A EMPRESA A SER CONTRATADA, DURANTE O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, SE OBRIGA A MANTER ATUALIZADAS AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS NA LICITAÇÃO.
- A EMPRESA A SER CONTRATADA É RESPONSÁVEL NÃO SOMENTE PELO ÔNUS E DESPESAS ENUMERADAS ACIMA, COMO TAMBÉM PELO ISS E INSS (ORDEN DE SERVIÇO Nº 209/99 – INSS), DEVIDOS AO MUNICÍPIO EM VIRTUDE DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRADOS.

PLANEJAMENTO E FREQUÊNCIA

- É facultada a empresa contratada o planejamento logístico para a execução dos serviços objeto do presente edital, obrigando-se a manter padrões de qualidade a serem fiscalizados pela SOSP.
- A empresa contratada deverá utilizar um sistema de comunicação eficiente que possibilite o contato imediato com seu encarregado responsável, com o objetivo de agilizar e garantir a qualidade dos serviços.

04 – DO PRAZO E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

04.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o MUNICÍPIO e a adjudicatária será de **12(doze) meses**, contados a partir da assinatura da Ata.

04.2 – A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, obedecida às disposições contidas no Decreto Municipal nº 065/2017.

05 – DA FORMA E PERIODICIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

05.1 – A contratação do objeto registrado, quando da necessidade do órgão Gerenciador ou de eventuais participantes, ocorrerá em período NÃO INFERIOR a **30 dias** entre os pedidos, que corresponde a entrega de acordo com as necessidades da Secretaria.

05.2 – A solicitação mínima por pedido de execução do objeto será dos valores registrados na ata de REGISTRO DE PREÇOS para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

06 – DO PRAZO PARA A ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO REGISTRADO

06.1 – A entrega do material ou realização do serviço, em caso de necessidade poderá ser parcelada, conforme solicitação da Administração Pública, cujo prazo deverá ocorrer em até **05 (cinco) dias** corridos, a iniciar contagem no dia seguinte do recebimento, pela adjudicatária, da **Ordem de Fornecimento (Bens) ou Ordem de Serviço (Serviços)** para o Início da Execução Contratual.

06.2 – Salvo se houver pedido formal de prorrogação do prazo definido no item anterior, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Administração, o prazo poderá ser prorrogado para melhor atendimento ao interesse público.



06.3 – Os itens serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o pedido.

07 – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

07.1 – A licitante vencedora deverá realizar os serviços citados no item 03, nas estradas vicinais e nos logradouros públicos em todo território do município, a critério Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SOSP), conforme mapa em anexo e sob a orientação, coordenação e fiscalização dessa.

08 – DA FISCALIZAÇÃO

08.1 – O regime de execução é indireto, nos termos do Inciso VIII do Art. 6º da Lei de Licitações, sendo a fiscalização do serviço objeto deste termo que ficará a cargo de servidor público nomeado e designado pelo Chefe do Poder Executivo, que promoverá o acompanhamento da execução, bem como, a aceitação dos mesmos.

08.2 – A fiscalização da administração pública se incumbirá de discutir e avaliar, constantemente, o teor, a qualidade dos bens/serviços e o andamento de sua execução e fazer exigências, quando necessárias.

08.3 – Em nível de acompanhamento, deverão ser procedidas reuniões periódicas na medida em que as necessidades do desenvolvimento dos trabalhos assim exigirem.

09 – DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

09.1 – A nota fiscal deverá ser apresentada no ato da entrega, a fim de ser atestada pelos responsáveis designado pelo recebimento dos materiais/produtos juntamente com requisições e relatório de fornecimentos e encaminhada para pagamento em até 30 (trinta) dias.

09.2 – Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos direcionados a PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES - CNPJ nº 29.115.441/0001-10, endereço Praça Waldemar Magalhães nº 01 – Centro - Trajano de Moraes RJ.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 – Comunicar à licitante vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a entrega/execução dos bens/serviços.

10.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, os bens/serviços entregues ou executados fora da especificação deste Termo de Referência/Projeto Básico.

10.3 – Providenciar a **aceitação provisória** do objeto deste Termo de Referência, em até **15 (quinze) dias**, contados da data do recebimento, pela administração pública, da comunicação do adjudicatário, informando o término ou conclusão do objeto, podendo ser dispensado nos termos do artigo 74 da Lei Federal 8.666/93.



10.4 – Providenciar a **aceitação definitiva** do objeto deste Termo de Referência, em até **90 (noventa) dias**, contados da data da aceitação provisória emitida pela administração pública.

11 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 – Comunicar a administração todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a entrega/execução dos bens/serviços.

11.2 – Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência /Projeto Básico e seus anexos integrantes, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo, sob pena de desclassificação da mesma, caso não o faça.

11.3 – Destacar, se assim desejar, na sua proposta e posteriormente na Nota/Documento Fiscal, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte, se é ou não optante pelo Simples Nacional e em qual anexo a mesma se enquadra, para fins de aplicação de alíquota do ISS e IRRF prevista na Legislação Tributária Federal. Caso contrário, será atribuída a alíquota correspondente prevista no Código Tributário Municipal, assim como as alíquotas de 1% ou 1,5% a título de IRRF.

11.4 – Destacar, se assim desejar, na sua proposta e posteriormente na Nota/Documento Fiscal, em caso de contratações mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada, o valor total da mão-de-obra empregada e o valor correspondente a 11%, para fins de retenção do INSS prevista na Legislação Previdenciária. Caso contrário, será atribuída a alíquota de 11% sobre o valor total da Nota/Documento Fiscal.

11.5 – Assinar a ata de REGISTRO DE PREÇOS, mantendo, durante toda a vigência dos mesmos, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

11.6 – Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público.

12 – DO CUSTO ESTIMADO / DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

12.1 – O preço ESTIMADO pela Administração para a execução do objeto é no valor de **R\$ 3.139.758,24 (Três Milhões, cento e trinta e nove mil, setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos)**, no período da execução.

12.2 – Para a composição do valor foi utilizada a Metodologia de Cálculo, conforme demonstrada na tabela em anexo.

12.3 – Os valores estão fundamentados pela Tabela EMOP.

13 – DO EDITAL DA LICITAÇÃO



13.1 – Os itens do Edital serão aplicados de acordo com a Comissão Permanente de Licitação, Pregão e/ou Procuradoria Geral do Município e a equipe Gestora do Pedido, bem como o presente termo de referência.

14 – DO CONTRATO / DO ADITAMENTO DO CONTRATO

14.1 – As cláusulas contratuais obedecerão às disposições legais, bem como poderão atribuir outras cláusulas de acordo com o Gestor do Pedido, Coordenadoria de Controle de Contrato e Procuradoria Geral do Município e o objeto empregado, para fins de efetividade e legalidade, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 065/2017.

14.2 – Dar-se-á rescisão contratual das partes nos termos da aplicação do **Artigo 77, 78, 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93**.

15 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

15.1 – Será VENCEDORA a licitante que apresentar o MENOR VALOR GLOBAL.

16 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS

16.1 – O pagamento pelos serviços prestados será realizado todo décimo (10º) dia útil do mês posterior ao vencido, mediante a apresentação do competente documento fiscal, já incluídos os impostos e demais despesas diretas e indiretas, oriundas da prestação dos serviços, observando-se o serviço que for efetivamente prestado no mês anterior à efetivação do pagamento, de acordo com o atestado de medição dos serviços prestados que será emitido pela Secretaria de Obras, através de seus titulares.

17 – DOS DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS PARA FINS DE HABILITAÇÃO

17.1 – Para fins de habilitação as empresas deverão apresentar os documentos definidos no instrumento convocatório respectivo conforme abaixo:

- a) Habilitação Jurídica;
- b) Regularidade Fiscal e Trabalhista;
- c) Qualificação Econômico-Financeira;
- d) Qualificação Técnica;
- e) Demais declarações necessárias.

18 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

18.1 – Os recursos orçamentários para suportar a respectiva contratação serão atendidos por dotação orçamentária específica a ser informada pela Secretaria Municipal de Fazenda.



19 – DAS ALTERAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA

19.1 – Este Termo de Referência poderá sofrer alterações até a data de divulgação ou publicação do instrumento convocatório, a fim de fornecer corretamente os dados para a apresentação da proposta comercial, bem como, para se adequar às condições estabelecidas pela legislação vigente.

20 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1 - Certidão de Registro do Licitante no Conselho Regional de Administração (CRA) competente, que habilite a empresa no ramo pertinente com o objeto desta licitação, com validade para o presente exercício.

20.2 – Prova de possuir no seu quadro permanente, na data da realização desta licitação, profissional (is) de nível superior (Administrador), detentor de no mínimo 01 (um), Atestados de Responsabilidade Técnica averbado no CRA (Conselho Regional de Administração), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CRA (Conselho Regional de Administração) competente, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação.

20.3 - Certidão de Registro do Licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que habilite a empresa no ramo do objeto, com validade para o presente exercício, em conformidade com o disposto na Lei Federal n.º 5.194/66 e resolução CREA n.º 266/79 e pela Lei n.º 12.378/10.

20.4 - Prova de possuir no seu quadro permanente, na data da realização desta licitação, profissional de nível superior (Engenheiro Civil e/ou Arquiteto e Engenheiro Florestal e/ou Agrônomo), detentor de no mínimo 01 (um), Atestados de Responsabilidade Técnica, averbado pelo CREA/CAU, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA/CAU competente, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação, limitada aos itens das parcelas de maior relevância técnica, conforme planilha abaixo, nos termos do disposto no art. 30, inciso II e §§2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/93.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



1 - MÃO DE OBRA - VARRIÇÃO E CAPINA DE VIAS PÚBLICAS, MANUTENÇÃO, CAPINA E LIMPEZA DE PRAÇAS E JARDINS INCLUSIVE PODAS			
1.1	05.105.0126-A	Mão de obra de feitor (encarregado de turma), inclusive encargos sociais	Mês
1.2	05.105.0119-A	Mão de obra de jardineiro, inclusive encargos sociais	Mês
1.3	05.105.0115-A	Mão de obra de ajudante(gari varredor/capina), inclusive encargos sociais	Mês
1.4	05.105.0114-A	Mão de obra de servente (operador de roçadeira motorizada), inclusive encargos sociais	Mês
1.5	05.105.0115-A	Mão de obra de ajudante de operador de roçadeira, inclusive encargos sociais	Mês
2 - MÃO DE OBRA - COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIAR, ENTULHOS E GALHADAS			
2.1	05.105.0114-F	Mão de obra de ajudante(gari coletor de resíduos domiciliar)), inclusive encargos sociais + 40% de insalubridade	Mês
2.2	05.105.0114-A	Mão de obra de ajudante(gari coletor de entulho), inclusive encargos sociais	Mês
2.3	05.105.0120-A	Mão de obra de operador de máquinas, inclusive encargos sociais	Mês
2.4	05.105.0148-F	Mão de obra de motorista de caminhão de coleta de resíduos domiciliar, entulhos e galhadas, inclusive encargos sociais + 40% de insalubridade	Mês
3 - LIMPEZA DE CANAIS, VALAS E CAICAS RALO			
3.2	22.016.0010-A	Roçado de vegetação com roçadeira costal motorizada, inclusive ajuntamento do material resultante	ha
3.3	22.016.0015-A	Roçado de vegetação com trator de pneus e roçadeira	ha
3.5	09.005.0030-A	Limpeza de folhas e papéis flutuando em lagos e canais (104 vezes por ano)	ha
3.6	20.012.0013-A	Limpeza manual de caixa de ralo	UNID
3.7	20.105.0005-A	Pintura de meio-fio com cal, com uma demão	M

I. A comprovação que o(s) detentor (es) do(s) referido(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica é(são) vinculado(s) à licitante deverá ser feita: mediante a apresentação de cópia autenticada da ficha de registro de empregado, com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho, se empregado, onde se identifique os campos de admissão e rescisão, juntamente como Termo de Abertura do Livro de Registro de Empregados;

II. Contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa e o profissional;

III. Sócio: Cópia do Contrato Social devidamente registrado;

IV. Diretor, a comprovação se fará através de cópia do contrato social em se tratando de empresa LTDA, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada, em se tratando de sociedade anônima.

V. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

VI. O profissional descrito deverá ser indicado pela licitante, em documento hábil (Declaração), como Responsável Técnico pela execução do serviço referente ao objeto do Projeto Básico, devendo o profissional assinar também tal indicação.

VII. O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá participar de todo serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes - RJ.

VIII. A apresentação do **Atestado de Visita Técnica** ou da **Declaração de Não Visita Técnica** de conhecimento das informações e condições locais são **obrigatórios** na fase de habilitação do certame, sob pena de inabilitação.



- a) As licitantes **poderão** visitar os locais onde serão executados os serviços, e se inteirar, sob sua exclusiva responsabilidade, avaliando problemas futuros, de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.
- b) É de inteira responsabilidade da licitante a verificação “in loco” das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser invocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.
- c) Caso a empresa opte por não realizar a visita, deverá apresentar declaração sob as penas da lei que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto da licitação, assumindo total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros, que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar o Município de Trajano de Moraes, que deverá fazer parte da documentação de Habilitação.
- d) As licitantes que optarem em realizar a(s) visita(s) deverá (ao) previamente agendá-la(s) na Gestão Municipal de Convênios e Contratos telefone (22) 2564-2970 ou na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, através do telefone (22) 2564-2531 – Ramal 221, a(s) qual(is) deverá(ao) ser realizada(s) em horário comercial e em dias úteis. Os custos das visitas ao(s) local(is) onde será(ao) executado(os) o(s) serviço(s) correrão por exclusiva conta da licitante.
- e) Como comprovação da(s) visita(s) ao(s) local (is) ou como conhecimento onde será (ao) executado (os) os serviços, **a licitante deverá** apresentar declaração de que visitou ou conhece a(s) área(s) indicada(s) no item 2.1 deste Edital, que **deverá** fazer parte da documentação de Habilitação.
- f) O licitante deverá apresentar declaração DE DISPONIBILIDADE imediata e integral DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO ADEQUADO E DISPONÍVEIS PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

21 – DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA (PROJETO BÁSICO)

21.1 – Fazem parte integrante do presente Termo, como se aqui estivessem transcritos os anexos abaixo:

- A – Memorando encaminhando Termo de Referência;
- B – Termo de referência com especificação (Manutenção Estradas Vicinais)
- C – Planilha orçamentária;
- D – BDI;
- E – Cronograma físico-financeiro.

João Alves Nogueira
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos